

BALANÇO DE UM SÉCULO NO PORTUGAL ANTERIOR AO ENCONTRO DO BRASIL

por
Humberto Baquero Moreno*

Na viragem do século XIV para o século XV Portugal debatia-se com sérios e complexos problemas resultantes de um desgaste provocado pelas guerras com Castela. Com efeito, os conflitos bélicos verificados no reinado de D. Fernando tinham enfraquecido e pauperizado o território. O processo de recuperação apresentava-se moroso e de difícil solução. Numa conjuntura assaz complicada, a instável política daquele monarca usou a filha, do seu casamento com D. Leonor de Teles, como moeda de troca. Tinha D. Beatriz apenas quatro anos, decorria o ano de 1376, quando se ajustou o seu casamento com D. Fradique, filho ilegítimo de Henrique de Castela e de D. Beatriz Ponce de Leão. Com a vulnerabilidade que caracterizava o rei D. Fernando, este acordo acabou por não se concretizar. Deste modo, em 1380, ofereceram à infanta como noivo, o infante D. Henrique, filho de João I de Castela, com menos de um ano de vida. De novo se verificou o incumprimento do acordado. Com a chegada das tropas inglesas a Lisboa, em 1381, para combater os castelhanos, o rei de Portugal acordou o casamento de sua filha com Eduardo, filho do conde de Cambridge, sem que tal acontecesse. Depois, ainda, outra tentativa falhada, o casamento não concretizado de D. Beatriz com o infante D. Fernando de Castela. Acabaria finalmente por ajustar-se o matrimónio

* Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

da infanta com D. João I de Castela, que entretanto enviuvara em 13 de Setembro de 1382¹.

Em Salvaterra de Magos, em 30 de Abril de 1383, o rei de Castela através de um seu representante recebeu D. Beatriz por sua mulher. Com este acto abria-se o caminho para uma série de calamidades infundáveis, que viriam a despoletar uma grave crise com o falecimento do rei D. Fernando em 22 de Outubro de 1383².

A crise instalada com a recusa na aceitação de solução encontrada em Salvaterra, acabaria por dar lugar a uma revolução, da qual resultou a proclamação do mestre de Avis, com a sua designação como rei fundador duma nova dinastia política. Múltiplas eram as missões que viriam a pertencer a D. João I, a quem caberia sobretudo restaurar os fundamentos da própria monarquia. Tarefa ciclópica sem sombra de dúvida.

De entre os muitos desafios que se colocavam à coroa, obrigada a um esforço de guerra considerável, vinha ao de cima a necessidade urgente de conseguir dinheiro e património. Esta imperiosa necessidade emerge em sucessivas reuniões parlamentares. A sua expressão é nítida nas cortes de Coimbra, iniciadas em Dezembro de 1394 e concluídas em Janeiro do ano seguinte, quando o monarca perante os procuradores concelhios, convocados para jurar as tréguas celebradas com Castela em 13 de Maio de 1393, dirige um apelo no sentido de reaver muitos bens outra pertencentes ao erário régio. Recuperar terras e fundar casas aos filhos entretanto nascidos, D. Afonso, herdeiro da coroa, D. Duarte e D. Pedro, impunha-se como uma necessidade absoluta. Contra este desiderato opunha-se uma boa parte da nobreza que apoiara D. João I, quando da revolução e da guerra pela independência. À cabeça do movimento encontrava-se Nuno Alvares Pereira, o principal braço armado no combate contra os castelhanos e muitos fidalgos portugueses seus aliados. Numa reunião efectuada em Estremoz ameaça a realeza com o desejo de «hir fora do regno a buscar vida»³.

¹ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, de. Civilização, Barcelos, 1966, cap. XCVI, CXI, CXII, CXVIII, CXXX, pp.261 e seg.

² Idem, *Ibidem*, cap. CLVII-CLXVII, pp.437 e seg.

³ Idem, *Crónica de D. João I*, ed. Civilização, vol.II, Barcelos, 1983, cap.CLII-CLIII, pp.332-336.

A oposição da nobreza, tradicionalmente fiel, às directrizes políticas da coroa, representava uma séria contrariedade difícil de subestimar. A acrescentar a esta rejeição, defrontava-se D. João I com manifestações de mal-estar por parte da população. Avultavam protestos contra o fraco poder de aquisição da moeda, cada vez mais desvalorizada, do abandono das terras, incultas e por arrotear, e da recusa do trabalhador em aceitar salários considerados demasiado baixos para as suas necessidades vitais⁴

A crise social revestia características incontornáveis e de difícil solução. Internacionalmente aumenta a tensão nas relações bilaterais hispano-portuguesas. Em contravenção com a trégua que comprometia ambas partes, Henrique III ataca de imediato Viseu. Em resposta os portugueses ocupam Badajoz em 12 de Maio de 1396⁵.

Em plena guerra com Castela confronta-se D. João I com a oposição duma boa parte de fidalgos portugueses que se recusam a combater. O clima de crispação aumenta de tom em plenas cortes de Coimbra, efectuadas em Janeiro de 1398. Avultam numerosas queixas, com realce para o facto de que as rendas patrimoniais estavam cada vez mais desvalorizadas e de que o valor da moeda era ínfimo. Comportamento diferente observa-se por parte dos procuradores dos concelhos ao votarem novos pedidos destinados a sufragar as despesas de guerra com Castela⁶.

Conhece-se a identidade de alguns importantes fidalgos a quem o monarca adquiriu terras que haviam pertencido ao património real e doadas como recompensa dos serviços prestados durante a revolução de 1383-1385. O modo como o rei actuou provocou a revolta desses nobres, que incompatibilizados decidiram virar costas e optarem pelo exílio em Castela, a quem antes tinham combatido com tenacidade. Ao todo duas dezenas de fidalgos possuidores da maior linhagem⁷.

Enquanto se verifica esta sangria Henrique III de Castela desenvolve esforços no sentido de alcançar a paz com Portugal. Estas tentativas

⁴ Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas*, (1385-1490), ed. INIC, vol.II, Porto, 1990, pp.245-251.

⁵ Fernão Lopes, *ob. cit.*, vol.II, cap. CLVII e CLIX, pp.342-345 e 347-349.

⁶ Iria Gonçalves, *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*, Lisboa, 1964, p.207.

⁷ Humberto Baquero Moreno, *Relações castelhana-portuguesas no século XV: os exilados políticos* in «Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesas», ed. Universidade Autónoma, Madrid, 1999, pp. 93-104.

resultam, contudo, goradas. Em 1400 verificam-se combates durante o mês de Maio, que assolam sobretudo a fronteira estremenho-alentejana⁸.

Encontrar a paz com Castela era uma necessidade que se impunha num país depauperado e enfraquecido. Por isso mesmo, nas cortes celebradas em Santarém, no mês de Março de 1402, discutiu-se amplamente o «modus faciendi» que pudesse cimentar a instauração de tréguas duradouras e consistentes. Abria-se espaço que permitia ao país proceder à restauração dos castelos raianos que se encontravam completamente arruinados⁹.

A paz entre Portugal e Castela foi assinada em Ayllon no dia 31 de Outubro de 1411. A sua validade manter-se-ia até quando João II de Castela, que era menor, alcançasse a maioridade. Nascido o monarca em 1405, de acordo com as leis de Castela, seria apenas em 1420, quando cumprisse os quinze anos, que alcançaria esse estatuto. De mãos livres o rei de Portugal poderia a partir de agora gizar a sua política de expansão territorial. Os negociadores portugueses procuraram a todo o transe libertar-se da cláusula que estabelecia a obrigação de auxiliarem os castelhanos, quando estes se disponibilizassem a atacar o reino de Granada. Em todo o caso abria-se o dispositivo que permitia a D. Catarina de Lencastre, viúva de Henrique IV, requerer o auxílio de Portugal quando decidisse empreender a conquista de Granada¹⁰.

Nem todos se mostraram concordes com a assinatura da paz com Castela. O cronista Zurara refere muitos fidalgos portugueses que devido à sua juventude não tinham sido contemplados com a doações obtidas nos anos revolucionários, pelo que viam com apreensão a instauração de uma nova ordem¹¹.

Apreciar as causas profundas da expedição a Ceuta é motivo de controvérsia. Temos conhecimento, com base no mencionado cronista, que foram avaliados os prós e contras da empresa. Em conformidade com o que nos revela esse autor, a rainha D. Filipa de Lencastre aprovou o plano concebido pelo monarca. Sabendo que o destino era Ceuta e que a expedição representava alguns perigos, pôs como condição que os filhos

⁸ Idem, *Os Itinerários de El-Rei Dom João I (1384-1433)*, Lisboa, 1988, p.85.

⁹ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, vol.I, Paris, 1842, p.288.

¹⁰ Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Viseu, 1994, pp.59-60.

¹¹ Gomes Eannes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, Lisboa, 1915, cap.VI, pp.19-22.

mais novos, os infantes D. João e D. Fernando, não participassem na expedição. Ao invés do que fora acordado nas cortes de Coimbra de 1385, o monarca não consultou o país mediante prévia convocatória do parlamento. O segredo era guardado a sete chaves. Punha-se, contudo, um problema delicado. Como financiar essa expedição, tanto mais que não lhe convinha solicitar um empréstimo público junto das instâncias representativas do poder local. Recorreu a um expediente, o qual consistiu em recolher a moeda em circulação, procedendo à sua refundição, em que mantendo o valor facial passava a ter menor valor intrínseco¹².

A esquadra portuguesa largou do Tejo, junto a Santa Maria de Belém, em 25 de Julho de 1415. Integram-na duzentos navios de guerra, com uma guarnição de vinte mil combatentes. A frota naval após a dobragem do cabo de S. Vicente aportou a Lagos. Desde este lugar o rei solicitou ao franciscano Frei João Xira que explicasse os motivos da expedição e procedesse consequentemente à pregação da cruzada contra os muçulmanos¹³.

Ceuta foi ocupada em 21 de Agosto de 1415. Reunido o conselho decidiu-se conservar a cidade, em lugar de proceder à sua destruição. D. Pedro de Meneses foi nomeado governador da praça, apoiado numa guarnição de dois mil e quinhentos homens. Segundo Zurara foi enorme a oposição dos muçulmanos à presença portuguesa. Durante os anos de 1418-1419 os portugueses tiveram de resistir a um forte assédio militar¹⁴.

A que factores se deverá atribuir a presença portuguesa em Marrocos? É muito possível, atendendo ao papel estratégico de Ceuta no estreito de Gibraltar, que a partir desta base naval se pudesse combater com eficácia a pirataria que obstaculizava as normais ligações entre o Atlântico e o Mediterrâneo. Mas ainda de acordo com a hipótese formulada por Borges de Macedo a presença portuguesa em Marrocos tanto podia contribuir para um aumento de pressão dos castelhanos sobre Granada, como distrair Castela dum possível ataque a Portugal. Fundamentalmente dava-se maior visibilidade à constituição duma área

¹² Humberto Baquero Moreno, *O valor da crónica de Zurara sobre a conquista de Ceuta* in «Abertura do mundo», Lisboa, 1987, p.193.

¹³ Gomes Eanes de Zurara, *ob. cit.*, cap.XIV, pp.138-140.

¹⁴ Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, p.196.

que reforçasse militarmente um maior equilíbrio militar que fortalecesse a capacidade nacional no xadrez peninsular¹⁵.

Depois de alguns momentos de tensão em que esteve para rebentar a guerra entre Portugal e Castela, o bom senso tornou a predominar. A assinatura do tratado de paz veio a dar-se em 30 de Abril de 1423. D. João I comunicou aos portugueses que esse acordo que obrigava as duas partes iria prevalecer até 6 de Março de 1434¹⁶.

Com a descoberta de Porto Santo em 1418 Portugal inicia uma nova etapa. No ano seguinte encontra-se oficialmente a ilha da Madeira. O infante D. Henrique enviou os seus navios com a incumbência de explorar o Atlântico. O alargamento desse domínio passa pela conquista de Gran-Canária. Em 1424 D. Fernando de Castro procurou sem o menor sucesso ocupar aquela ilha. Quatro anos antes inicia-se o povoamento da Madeira, cuja intensificação se irá verificar no início do segundo quartel do século XV. Uma nova tentativa gorada de ocupação daquela ilha canarina, por acção de Gonçalves da Câmara, frustrou-se em 1427, ano em que Diogo de Silves inicia a descoberta das ilhas orientais dos Açores¹⁷.

Precisamente com a finalidade de equilibrar a balança peninsular coube à diplomacia portuguesa ensaiar um estreitamento de relações com a Borgonha e Aragão. Este importante passo dá-se quando D. João I assiste em Lisboa no ano de 1429 à realização do contrato nupcial entre sua filha D. Isabel e o duque borgonhês. Filipe o Bom. Em relação ao segundo país observam-se em Coimbra, no ano seguinte, os esponsórios entre o infante D. Duarte, herdeiro do trono, e Leonor de Aragão. Ainda em 1428, no mês de Setembro, o infante D. Pedro, regressado duma longa digressão europeia, matrimonia-se com a princesa aragonesa Isabel de Urgel. A rivalidade em que viviam os progenitores das aragonesas iria trazer para Portugal o envenenamento das relações familiares¹⁸.

¹⁵ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, 1987, pp.42-43.

¹⁶ Luis Suarez Fernandez, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la epoca del Infante Don Enrique*, Madrid, 1960, pp.179-181.

¹⁷ Humberto Baquero Moreno, *O infante D. Henrique: uma vida de descobrimentos*, in «Jornal de Notícias», 4/II/1994, p.13.

¹⁸ Idem, *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, Porto, 1997, p.31.

O tratado de paz entre os reinos desavindos, Portugal e Castela, celebrou-se em Medina del Campo em 30 de Outubro de 1431. O rei D. João I, em 7 de Novembro do ano seguinte, jurou na presença dos embaixadores de Castela esse acordo que iria normalizar as suas relações com João II de Castela. De salientar que a conjuntura interna castelhana favorecia este clima de apaziguamento, tanto mais que o conflito que se travava entre o valido de João II, Álvaro de Luna, e os infantes de Aragão, era de natureza a debilitar o poder de Castela¹⁹.

Cumprindo ordens do infante D. Henrique, os seus navios prosseguiram na exploração da costa de África. Assim, em 1434, coube a Gil Eanes, dobrar o cabo Bojador. Pleno de entusiasmo o programador das viagens encarrega Afonso Baldaia de continuar essa tarefa. A mesma irá traduzir-se na descoberta, em 1436, do rio do Ouro²⁰.

A nova política portuguesa de expansão ultramarina nem sempre gera consensos. Antes pelo contrário. O infante D. Pedro na carta de Bruges, de 1425, escrita a seu irmão D. Duarte, manifesta dúvidas sobre o andamento das operações. Em sua opinião a presença portuguesa em Ceuta acarreta despesas e constitui um sorvedouro de homens, dinheiro e armamento²¹.

Com particular acuidade veio sempre ao de cima a questão dos custos inerentes à presença portuguesa em África. Numa primeira fase uma das vozes contrárias foi a do conde de Arraiolos. Em parecer dirigido ao rei D. Duarte, seu tio, desaconselha-o vivamente a preparar uma nova ida a África, fazendo eco do gasto considerável em homens e dinheiro que significava a conservação de Ceuta. Como alternativa era de parecer que deveríamos tentar a conquista de Granada. Seu pai o conde de Barcelos defendia a mesma ideia, acrescentando que a requisição de navios aos mercadores provocava nestes contrariedade e indignação²².

Um dos mais estrênuos partidários da expedição a Tanger é o infante D. Henrique. Num parecer da sua autoria defende a imperiosa necessidade dos portugueses partirem para África, mesmo que à custa dos maio-

¹⁹ *Monumenta Henricina*, vol.III, Coimbra, 1961, doc.125, p.255.

²⁰ Luis Filipe Thomaz, *ob. cit.*, pp.77-79.

²¹ Humberto Baquero Moreno, *O Infante D. Henrique*, p.15.

²² Idem, *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, Lourenço Marques, 1973, pp.420 e seg.

res sacrificios. Confrontando o rei D. Duarte com posições antagónicas convoca as cortes de Santarém de 1436, onde recorda aos procuradores presentes o compromisso que havia assumido perante o rei D. João I no sentido de levar por diante essa expedição ao norte de África. Diferente, contudo, são os pareceres dos infantes D. João e D. Pedro, os quais temem as consequências deste empreendimento. Para este último a ida a Tanger apenas poderá valer no caso da acção militar ser acompanhada duma intensa colonização que incentive e fixe a ocupação humana. Ora segundo a sua observação o país encontra-se bastante mal arroteado e povoado, além da fazenda pública se encontrar desprovida dos recursos públicos mínimos e indispensáveis²³.

O desastre de Tânger, com a derrota dos portugueses frente aos mouros, virá a reflectir as profundas divisões que reinam no seio da sociedade portuguesa. No conselho de Leiria, o rei busca ansiosamente uma saída face à prisão de seu irmão o infante D. Fernando. Na carta que este enviou ao monarca pedia-lhe a entrega de Ceuta em troca da sua libertação²⁴.

Perante um ambiente pesado e de indizível angustia observam-se as mais acentuadas clivagens. Tanto D. Pedro como D. João mostram-se inteiramente favoráveis à devolução de Ceuta, enquanto o conde de Barcelos e seus filhos, os condes de Ourém e de Arraiolos, inflectindo a sua anterior postura, são contrários à sua entrega. O infante D. Henrique que se entrevistara anteriormente com o monarca defende com tenacidade a conservação de Ceuta, propondo-se inclusivé a oferecer-se em troca com o irmão que se encontrava refém no cativeiro. O arcebispo de Braga e chanceler do reino D. Fernando da Guerra condiciona a restituição da praça à prévia autorização do papa²⁵.

Face a posições tão divergentes o rei morre sem encontrar uma solução convergente. A sua morte ocorre em 9 de Setembro de 1438 e origina uma crise que nos seus contornos faz lembrar a de 1383, embora com matizes diferenciadas. Aberto o testamento do falecido monarca fica-se a conhecer a sua vontade póstuma. Nesse documento exprime a vontade de

²³ Idem, *A situação política em Portugal nos fins da Idade Média e os seus reflexos na expansão ultramarina* in «Arquipelago», vol.XI, Ponta Delgada, 1989, p.53.

²⁴ *Monumenta Henricina*, vol.VII, Coimbra, 1965, doc.83-86, pp.117-131.

²⁵ Domingos Mauricio Gomes dos Santos, *D. Duarte e as responsabilidades de Tanger (1433-1438)*, Lisboa, 1960, pp.65-66.

que sua mulher D. Leonor exerça o regimento do reino enquanto seu filho D. Afonso, não atingir a maioridade, o que irá acontecer aos catorze anos, em 15 de Janeiro de 1446. A nobreza portuguesa na generalidade apoia a rainha-viúva, na convicção de que as restrições estabelecidas pela Lei Mental pudessem ser limitadas ao máximo. D. Pedro conta com o apoio dos irmãos, D. João e D. Henrique e recebe a adesão significativa dos cidadãos de Lisboa e de mais setenta e duas cidades e vilas do reino²⁶.

Apoiado num exército recrutado no ducado de Coimbra e nas terras do Abade de Alcobaça, D. Pedro depois de haver assumido uma ruptura com sua cunhada D. Leonor, avança sobre Lisboa. Em 31 de Outubro de 1439 proclama o seu poder desferindo um golpe de estado que derruba a rainha. A circunstância do duque de Coimbra haver recebido o apoio das cidades não significa necessariamente que se torne seu refém. Bem pelo contrário. Este distanciamento terá como consequência a perda progressiva da sua base de apoio social²⁷.

Durante o seu governo D. Pedro confronta-se com inúmeras dificuldades. A nobreza castelhano-aragonesa apoiada pelas pressões provenientes dos infantes de Aragão ameaça por diversas vezes com uma invasão do território. Para combater esta situação o regente toma a iniciativa e passa ao ataque em auxílio do seu aliado D. Álvaro de Luna. Com o exílio e morte de D. Leonor e ainda com a maioridade de D. Afonso V aumentam as ameaças sobre D. Pedro. O seu progressivo isolamento indu-lo a perpetuar a sua permanência no leme da governação. Acabaria por ser liminarmente afastado. Submetido a acusações destituídas de todo e qualquer fundamento acaba por perder a vida em Alfarrobeira em 20 de Maio de 1449. Os seus partidários são perseguidos, perdendo os seus direitos cívicos e sendo alvo de confiscação dos seus haveres, com particular incidência sobre as terras que pertenciam ao seu património. Apesar de serem reabilitados passados alguns anos ou mesmo abrangidos pela amnistia geral de 1455, nem todos puderam readquirir boa parte dos bens que lhes haviam sido confiscados²⁸.

²⁶ Humberto Baquero Moreno, *A situação política em Portugal*, p.55.

²⁷ *Ob. cit.*, p.55.

²⁸ *Ob. cit.*, p.56.

O modo como actuou D. Afonso V gerou uma enorme reacção internacional. Caiu muito mal na opinião pública a atitude do jovem rei ao deixar o sogro insepulto e sujeito à voragem das aves carniceiras. Tanto o duque de Borgonha, como o papa, como ainda o rei de Castela, censuraram com aspe-reza o rei de Portugal. Internamente aumentaram as tensões sociais, mostrando-se o monarca incapaz de reprimir em Dezembro de 1449, o assalto à Judiaria Grande de Lisboa. A guerra civil esteve por um fio. Reabilitar o bom nome de Portugal custou imenso trabalho à diplomacia portuguesa. Um triunfo desses agentes reflectiu-se nos casamentos de Dona Leonor, irmã de D. Afonso V, com o imperador Federico III da Alemanha, evento realizado em 1451, e de D. Isabel, filha do infante D. João com João II de Castela²⁹.

A política africana de D. Afonso V aumentou dum modo considerável as despesas públicas. Um dos beneficiários e com toda a probabilidade mentor parece ter sido o infante D. Henrique. A acusação que se lhe faz de ter estado ao serviço da nobreza ou haver servido os seus interesses económicos parece corresponder à realidade. Além de mestre da Ordem de Cristo, passou a acumular esta função com a de mestre de Avis. Título retirado a seu sobrinho o condestável D. Pedro, embora o duque de Viseu nunca tivesse tido o reconhecimento da Santa Sé. Não deixa contudo de ser significativa a bula do papa Nicolau V, que conferia a D. Henrique os direitos de posse sobre as terras situadas entre o cabo Bojador e a Guiné³⁰.

Em 1458 uma esquadra portuguesa formada por noventa e três navios ocupa Alcácer-Ceguer. Nessa conquista estiveram presentes D. Afonso V e D. Henrique, que viria a falecer dois anos mais tarde aos sessenta e seis anos. Depois de algumas tentativas falhadas esse processo expansionista seria complementado em 1471 com a tomada de Arzila e Tânger. O esforço de guerra realizado à custa da fazenda nacional deu origem a uma forte contestação. Entre os que enfileiravam nessa corrente temos a D. Pedro, que veio a ser rei da Catalunha, D. Fernando, irmão do monarca e pai do rei D. Manuel e o próprio D. Duarte de Meneses, capitão de Alcácer-Ceguer, o qual teve de suportar nessa praça um forte assédio do rei de Fez³¹.

²⁹ *Ob. cit.*, p.57.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ António da Rocha Madahil, *A política de D. Afonso V apreciada em 1460*, Coimbra, 1931, pp.14 e seg.

O facto de D. Afonso V ter tido conhecimento de que o falecido rei de Castela Henrique IV havia manifestado o desejo de que sua filha D. Joana lhe sucedesse no trono de Castela, deu origem a que sentisse um enorme desejo em se casar com a princesa castelhana. De acordo com o que sucedera com o seu antecessor D. Fernando, fazia com que no seu íntimo sonhasse vir a ser o governador do reino de Castela³².

O rei de Portugal enviou um seu emissário junto dos Reis Católicos, que se encontravam na corte de Valladolid, com o intuito de os notificar de que sendo ele casado com D. Joana, o trono de Castela lhe pertencia por direito próprio. A reacção pela negativa de Fernando e Isabel não se fez esperar. Utilizando argumentos jurídicos os Reis Católicos aconselhavam D. Afonso V a não intrometer-se numa aventura castelhana³³.

Ignorando deliberadamente as advertências feitas decidiu o rei de Portugal atravessar a fronteira de Castela à frente dum numeroso exército. Segundo o cronista Bernaldez o exército invasor era constituído por três mil e quinhentos cavaleiros, seguidos por numerosa peonagem³⁴.

Apesar de o papa não ter concedido a sua dispensa, nada demoveu D. Afonso V. No lugar de Plasencia, em 25 de Maio de 1475, consorciou-se com sua sobrinha D. Joana. A cerimónia foi presidida pelo bispo de Coimbra D. João Galvão³⁵.

As hostilidades foram desencadeadas por D. Afonso V em terras leonesas. Os pontos de apoio dos atacantes assentavam nos castelos de Toro e de Zamora, importantes baluartes. Em resposta os Reis Católicos ordenaram a D. Alonso de Cardenas que flagelasse a ferro e fogo as terras fronteiriças de Portugal³⁶.

Um importante documento inédito que me coube revelar, datado de 14 de Maio de 1480 e proveniente da chancelaria afonsina, mostra-nos que entre 1475 e 1478 foram duramente atingidas, pelos raides castelha-

³² Ruy de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, tomo I, Lisboa, 179, cap.CLXXIII, pp.537-538.

³³ Idem, *ob. cit.*, cap.CLXXIV, p.539.

³⁴ Andrés Bernaldez, *Memorias del reinado de los Reyes Catolicos*, Madrid, 1962, cap.XVII, p.48.

³⁵ *Ob. cit.*, cap.XVII, p.48.

³⁶ Antonio de la Torre e Luís Suarez Fernandez, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reynado de los Reyes Católicos*, vol.I, Valladolid, 1958, nº23, pp.84-85.

nos, vinte e três localidades raianas localizadas entre o Sabugal e Alcoutim. Assim, a Beira Interior, o Alentejo e o Algarve não foram poupados à destruição³⁷.

O choque frontal entre as facções em luta mostrava-se iminente. Convocado por seu pai o príncipe D. João dirigiu-se a Toro. Antes, porém, de cumprir a determinação de seu pai reuniu o conselho real em Castelo Rodrigo e deu as suas instruções no sentido de que se guarnecesse a fronteira contra os ataques externos. Através duma carta patente de 24 de Janeiro de 1476, D. Leonor ficava incumbida do governo de Portugal, funções que cessariam logo que o monarca retornasse ao reino³⁸.

A batalha de Toro deu-se em 2 de Março de 1476. Embora o resultado ficasse indeciso, com a vitória do príncipe D. João e a derrota de D. Afonso V, não há dúvida que a saúde do monarca ficou fortemente abalada. Em 15 de Março deu à luz uma carta em que declarava que todas as doações a que procedesse não teriam qualquer validade, enquanto seu filho não as ratificasse. Um sinal de grave perturbação psicológica³⁹.

Convencido D. Afonso V que muito dificilmente conseguiria alcançar o trono de Castela, decidiu partir para França à procura de um hipotético auxílio do rei Luís XI, que acabaria por resultar num puro engano. Por diploma de 27 de Agosto de 1476 entregou o governo do reino a seu filho D. João⁴⁰.

Completamente desenganado com as subtilezas do rei da França, D. Afonso V decidiu regressar a Portugal, o que sucedeu em Novembro de 1477. Perante a sua renúncia ao trono de Portugal seu filho, o príncipe, fez-se proclamar rei em Santarém a 10 de Novembro de 1477. Entretanto o progenitor mudava de ideias pelo que o reinado de D. João apenas durou cinco dias⁴¹.

Durante a ausência de D. Afonso V assistiu-se a um abrandamento no conflito militar com Castela. A paz viria a ser negociada com a cele-

³⁷ Humberto Baquero Moreno, *A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português de 1475 a 1478* in «Anais da Academia Portuguesa da História», II série, vol.25, Lisboa, 1979, pp.322-324.

³⁸ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol.VIII, Lisboa, 1970, pp.488-489.

³⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Gaveta XIII*, maço 10, nº 4.

⁴⁰ *Idem*, *Livro 1 de Reis*, fols.94v-95.

⁴¹ Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, tomo II, Coimbra, 1923, pp.130-131.

bração do tratado de Alcáçovas em 4 de Setembro de 1479. Como garante desse acordo as partes estabeleceram o casamento de D. Afonso, filho do príncipe D. João com D. Isabel, filha dos Reis Católicos. A cerimónia realizou-se em Toledo a 6 de Março de 1480⁴².

O tratado celebrado representava da parte portuguesa o reconhecimento de D. Isabel como rainha de Castela, o que implicava a renúncia definitiva de D. Afonso V à sua titularidade. Mas o acordo era mais abrangente e tinha a ver com a partilha do Atlântico. A linha definitiva era o paralelo das Canárias. Para norte as terras pertenceriam a Castela, enquanto para sul seriam da jurisdição de Portugal⁴³.

Faleceu D. Afonso V em 28 de Agosto de 1481. Após a sua morte foi aclamado monarca D. João II. O rei de imediato convocou cortes. Logo de início se gerou um desentendimento sobre o modo como os nobres deviam prestar homenagem ao rei. À frente da contestação encontrava-se o duque de Bragança. Este nobre invocou os seus direitos, acostumado à permissividade de D. Afonso V, e desafiou o monarca. Para comprovar a veracidade das suas declarações enviou a Vila Viçosa um seu emissário incumbido de lhe trazer os títulos das doações. Em vez de o fazer, talvez por comodismo, enviou um filho que se fez acompanhar por Lopo de Figueiredo. Este ao procurar os títulos encontrou no cofre umas cartas comprometedoras escritas pelo duque aos Reis Católicos. O rei teve a prova que havia um conluio com a Espanha e ordenou de imediato a prisão do duque. Após um julgamento sumário foi condenado à morte e executado em 28 de Agosto de 1483. Seguiu-se de imediato uma forte repressão contra a nobreza. Uns foram presos, outros mortos, outros ainda salvaram-se fugindo. O longo braço de D. João II chegou mesmo a actuar no estrangeiro, como sucedeu com Fernão da Silveira, morto em Avinhão, em 8 de Dezembro de 1489, às mãos de um agente do rei de Portugal⁴⁴.

Ultrapassadas as desconfianças recíprocas caminhou-se no sentido de um desanuviamento nas relações bilaterais. Sinal positivo aparece com a mensagem de 1 de Março de 1490 enviada pelo monarca ao concelho de

⁴² *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol.IX, Lisboa, 1971, pp.581-605.

⁴³ António de la Torre e Luís Suarez Fernandez, *ob. cit.*, vol.I, nº 165, pp.245-284.

⁴⁴ Humberto Baquero Moreno, *A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança* in «Arquivos do Centro Cultural Português», vol.II, Paris, 1970, pp.47-103.

Lisboa. Na missiva em apreço o rei pedia para que findassem as procissões comemorativas da batalha de Toro. Agora com o casamento de seu filho, o príncipe herdeiro D. Afonso com Isabel, filha dos Reis Católicos, estreitavam-se os laços de amizade entre os dois reinos. O casamento entre os dois príncipes celebrou-se em 23 de Novembro de 1489. Contudo o casamento durou pouco pois o príncipe em 12 de Julho de 1491 não resistiu aos ferimentos causados por uma queda de cavalo quando cavalgava junto ao rio Tejo⁴⁵.

Em 1490 imperava um clima de xenofobia por todo o reino devido às constantes drenagens de judeus vindos de Castela. D. João II numa mensagem remetida ao concelho de Lisboa em 15 de Julho desse ano mostrava a sua apreensão, acusava os mesteirais de serem fomentadores desses ódios e declarava que os judeus se encontravam sob a sua protecção⁴⁶.

O que não previu o monarca foi o édito de expulsão dos judeus decretado pelos Reis Católicos em 31 de Março de 1492. Com a avalanche dos refugiados volvia-se difícil combater a onda de contestação. Muitos deles eram mortos durante a sua fuga, sendo assaltados e espoliados dos seus haveres e em especial do ouro e prata amoadado que consigo transportavam⁴⁷.

A celebração do tratado de Tordesilhas em 7 de Junho de 1494 foi um passo importante na normalização das relações entre os dois reinos. A linha paralela viu-se substituída por uma linha meridiana que delimitava os espaços de influência trezentas e setenta léguas a ocidente de Cabo Verde. Uma linha indefinida nos seus contornos mas que mesmo assim colocava sob o espaço de jurisdição as terras de Vera Cruz. Não deixa porém, de ser sintomático não haver a mínima alusão ao tratado quando da carta de D. Manuel aos Reis Católicos e dar-lhes notícia da descoberta do caminho marítimo para a Índia ou mesmo quando Pedro Álvares chegou ao Brasil em 1500. Em nenhum documento cabralino se alude a um tratado tido por inconsistente⁴⁸.

⁴⁵ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol.I, Lisboa, 1885, p.359.

⁴⁶ Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro das Posturas Antigas*, fols.70-70v.

⁴⁷ Luís Suarez Fernandez, *Documentos acerca de la expulsion de los judios*, Valladolid, 1964, pp.24 e seg.

⁴⁸ Luís Adão da Fonseca e Maria Cristina Cunha, *O tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana século XV*, Lisboa, 1991.

Logo a seguir à morte de D. João II, o ocorrida em 25 de Outubro de 1495, as relações entre cristãos, mouros e judeus agravou-se consideravelmente. D. Manuel numa carta dirigida ao concelho do Porto manifestava a sua apreensão pela existência de possíveis focos anti-judaicos. Nessa altura o novo monarca mal imaginava que teria de mudar a sua atitude perante uma exigência de D. Isabel, filha dos Reis Católicos, que impunha a sua expulsão como condição para a realização do casamento. O monarca não encontrou outra alternativa e em Dezembro de 1496 dictaminou a sentença que impunha a sua saída. Teriam de cumprir a ordem no prazo de dez meses, ficando os refractários sujeitos à pena de morte e confiscação de seus bens, que em muitos casos beneficiariam os delatores⁴⁹.

Como caracterizar a sociedade portuguesa quatrocentista? Época de mudanças e de algumas crises confrontou-se com dilemas e determinação de rumos. A grande questão que marca a sociedade no tempo de D. João I, um reinado de meio século, reside na indefinição da sua trajetória. A alternativa consistia em restaurar um país arrasado por guerras sucessivas, com problemas de assimetrias regionais, ou sair do rectângulo e lançar-se noutras aventuras. Existem evidentes clivagens sociais. Mesmo no seio da própria nobreza. Sobretudo em relação aos grupos etários, o que nos permite falar num conflito de gerações.

O grande drama do rei D. Duarte, que governou ao lado de seu pai durante duas décadas, com enorme talento de legislador, consiste em saber se deveria cumprir o imperativo ultramarino ou em alternativa consolidar um reino pouco povoado e desenvolvido. No seu curto reinado debateu-se com questões cruciais. O infante D. Henrique aposta na conquista e na exploração, pertencendo aos seus navios um papel preponderante. Contando sobretudo com o apoio da coroa e de seu irmão D. Pedro.

A repercussão dos conflitos aragoneses na família real assume foros de dramatismo. A morte prematura de D. Duarte reflecte as divisões existentes. Apesar da grande nobreza apoiar D. Leonor, os infantes D. João e D. Henrique aliam-se a seu irmão, que viria a ser regente do reino. D. Pedro, duque de Coimbra, a quem os fidalgos contestam, é visto como um arauto dos interesses dos cidadãos nos seus mais diversos níveis. A primavera pedrista acabaria em desilusão. D. Pedro está mais próximo dos valores tradicionais, que se estribam numa concepção autoritária do esta-

⁴⁹ Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, p.204.

do, do que propriamente dos objectivos das populações. Sem o apoio dos nobres que vem nele uma ameaça aos seus particularismos, acabaria por não ter o apoio de quasi ninguém.

Alfarrobeira representa a queda dum homem isolado e com poucos fiéis, frente a uma nobreza ávida de benesses. D. Afonso V fraco por natureza e temperamento torna-se num juguete nas mãos dos nobres, que apoiaram uma política africana que lhes traz imensos proveitos à custa da fazenda nacional. A política reinosa do monarca conduz o país a uma situação técnica de bancarrota. Agravada pela aventura castelhana da Beltraneja. Apenas uma política de alianças matrimoniais restabelece a paz e a estabilidade. Alcáçovas constitui um marco importante.

O reinado de D. João II visa sobretudo restaurar a ordem pública e submeter a nobreza à obediência. Quebrar uma rotina de mais de trinta anos apenas seria possível à custa de imensos custos que dilaceraram a sociedade portuguesa. Em relação ao infante D. Pedro, o monarca possui outra legitimidade e persegue com tenacidade os fidalgos opositores. Com pulso de ferro o rei procura esmagar a contestação que tem os seus tentáculos na própria casa real. A ele pertence inequivocamente lançar as bases da presença portuguesa em África e no Oriente. As tensões étnicas afloram no seu reinado. Numa política cada vez mais globalizada o édito de expulsão dos judeus, decretado pelos Reis Católicos, tem efeitos perversos sobre o equilíbrio social português.

D. Manuel que representa o resurgir de forças atávicas acabará por se deixar envolver num problema racial que desestabiliza a sociedade portuguesa. É em plena convulsão social, aparentemente controlada, que Pedro Álvares Cabral aporta às terras brasileiras.